ASPECTOS GERAIS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO DANO AMBIENTAL NAS CONSTRUÇÕES DE USINAS HIDRELÉTRICAS

Ana Carolina Martins do Nascimento, Fabio Ferreira Morong; Sérgio Miranda

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail:

anacarolina.24099@hotmail.com

RESUMO

A energia hidrelétrica é muito importante para o mundo, pois além de contribuir para o desenvolvimento humano é uma das fontes renováveis mais limpas que existem, porém, é inegável que a construção de usinas para sua geração causa um enorme impacto ambiental nas áreas das quais são construídas. Portanto, é imprescindível a realização do estudo prévio do impacto ambiental para que o dano possa ser evitado ou mitigado. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a responsabilidade civil das usinas hidrelétricas em relação ao meio ambiente lesado pelas suas construções e o dever do empreendedor de repará-lo. O método utilizado foi o dedutivo legal, baseado na interpretação da legislação, jurisprudências, doutrinas ligadas ao tema. Conclui-se, portanto, que é imprescindível o respeito absoluto aos princípios ambientais com intuito de promover de forma eficaz a responsabilização geral dos empreendedores da área de energia hidrelétrica, por conta dos danos ambientais eventualmente produzidos.

Palavras-chave: meio ambiente, reparação, usina hidrelétrica, impacto ambiental, dano.

GENERAL ASPECTS ON CIVIL LIABILITY FOR ENVIRONMENTAL DAMAGE IN HYDROELECTRIC PLANTS CONSTRUCTIONS

ABSTRACT

Hydropower is very important for the world, as it contributes to human development, it is one of the cleanest renewable sources, but it is undeniable that the construction of plants for its generation causes a huge environmental impact in the areas of which are Built. Therefore, it is essential to carry out the previous study of the environmental impact so that the damage can be avoided or mitigated. Therefore, the present work aims to discuss the civil liability of hydroelectric plants in relation to the environment damaged by their construction and the duty of the entrepreneur to repair it. The method used was the legal deductive, based on the interpretation of the legislation, jurisprudence, doctrines related to the theme. It is therefore concluded that absolute respect for environmental principles is essential in order to effectively promote the general accountability of entrepreneurs in the area of hydropower, due to the environmental damages that may be produced.

Keywords: environment, repair, hydroelectric plant, environmental impact, damage.

INTRODUÇÃO

É notório que o meio ambiente passou e vem passando por diversas mudanças há décadas por todo o planeta, de modo que realmente intensificou-se a necessidade de constituição de tratados internacionais, leis, decretos, convenções, entre outros, a fim de elevar a tutela ambiental de um modo geral.

Por sua vez, é certo que as usinas hidrelétricas possuem grande importância, eis que a mesmas produzem uma fonte de energia limpa e renovável; por outro lado, também é sabido que sua construção e implementação provocam impactos ambientais que podem alcançar grandes proporções.

Diante disso, justifica-se um estudo capaz de demonstrar, ainda que de forma sucinta, que tais fatos estão submetidos à responsabilidades previstas no ordenamento jurídico, em especial, a civil.

O objetivo principal deste trabalho é demonstrar que a construção das UHE causam impactos ao meio ambiente e assim sendo elas poluidoras impactantes, deve ser responsabilizadas pelos danos cometidos e portanto repará-los ou ao menos realizar procedimentos que atenuem tais danos, como por exemplo, as obras mitigatórias ou compensatórias.

METODOLOGIA

O método utilizado será dedutivo, demonstrando a aplicação das diferentes teorias e princípios, e analisando as formas que o Direito está tutelando o meio ambiente.

RESPONSABILIDADE CIVIL: ELEMENTOS GERAIS

Suscintamente, para que seja configurada a responsabilidade civil, é necessário que haja os seguintes elementos: conduta e dano e o nexo causal entre ambos. A conduta trata-se de ato humano voluntário do qual manifesta ação ou omissão, sendo o mesmo antijurídico, ou seja, contrário ao direito, caracterizando assim o ato ilícito.

Para Diniz (2005, p.43):

A ação, elemento constitutivo da responsabilidade, vem a ser o ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiros, ou do fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado.

Vê-se que o dano é imprescindível para a configuração a responsabilidade civil, uma vez que o dano se trata de uma lesão do qual promove prejuízo e deverá ser ressarcido.

Cavaliere Filho (2009, p.24) conceitua ainda o dano como: “subtração ou diminuição de um bem jurídico, qualquer que seja a sua natureza, quer se trate de um bem patrimonial, quer se trate de um bem integrante da própria personalidade da vítima, como a sua honra, a imagem, a liberdade etc.”.

E por fim o nexo causal do qual é o liame entre os dois últimos, pois deverá haver relação de causa e efeito entre ambos, visando não haver nenhuma exceção como as causas de excludente de culpabilidade.

Cavaliere Filho (2012. p. 67) define nexo causal como “elemento referencial entre a conduta e o resultado. É através dele que poderemos concluir quem foi o causador do dano.”

Portanto, para caracterizar a responsabilidade civil, faz-se necessário a concretização dos elementos acima previstos.

Ainda é importante salientar os aspectos da responsabilidade objetiva e a subjetiva, uma vez que são elementos da responsabilidade em âmbito do direito ambiental.

De proêmio, para caracterizar a responsabilidade civil subjetiva exige-se a necessidade de comprovação de que o agente agiu com culpa para a ocorrência do dano.

Já na responsabilidade objetiva, é dispensável a comprovação de culpa, pois funda-se na teoria do risco, tendo assim o dever de indenizar. Assim explica Netto (2009, p.88):

Na responsabilidade objetiva prevista na primeira parte do dispositivo citado (“Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei”), o dever de reparar prescinde de culpa; está prevista em lei, e não depende, para existir, sequer da teoria do risco.

Segundo Pereira (1995, p.21) “A teoria da culpa prevalece como direito comum ou regra geral básica da responsabilidade civil; e a teoria do risco ocupa os espaços excedentes, nos casos e situações que lhe são reservados”. Deste modo, percebe-se que ainda que ambas sejam semelhantes, o elemento culpa é o que, basicamente, as diferenciam.

Na esfera ambiental, aquele que causa o dano ainda pode ser responsabilizado ambiental, civil e penalmente. Conforme dispõe a Lei de Crimes Ambientais (BRASIL, Lei 9.605 de 1998, art. 3º): “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativas, civil e penalmente [...]”.

Antunes (2016, p.54), esclarece ainda:

Qualquer violação do Direito implica a sanção do responsável pela quebra da ordem jurídica. A Lei Fundamental Brasileira estabelece, no § 3º do artigo 225, a responsabilidade por danos ao meio ambiente, embora não defina o caráter subjetivo ou objetivo dela. Esta questão restou delegada para a legislação ordinária que a definiu como objetiva. Um ponto que julgo mereça ser ressaltado é o fato de que a responsabilidade, no sistema jurídico brasileiro, decorre de lei, contrato ou ato ilícito. A responsabilidade ambiental se divide em: (i) civil, (ii) administrativa e (iii) penal.

Nota-se que aquele que causa o impacto/dano ambiental, além de ser responsabilizado civilmente, pode ainda ser responsabilizado tanto na esfera penal quanto na administrativa. Também é importante destacar dois princípios ambientais dos quais tem como objetivo a preservação e proteção ambiental e a responsabilidade de reparar o dano, nos termos a seguir.

PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE

Este princípio prevê que aquele que for responsável pela degradação do meio ambiente, deve ser responsabilizado pela sua reparação ou compensação.

Antunes (2016, p.55) explica:

Qualquer violação do Direito implica a sanção do responsável pela quebra da ordem jurídica. A Lei Fundamental Brasileira estabelece, no § 3º do artigo 225, a responsabilidade por danos ao meio ambiente, embora não defina o caráter subjetivo ou objetivo dela. Esta questão restou delegada para a legislação ordinária que a definiu como objetiva. Um ponto que julgo mereça ser ressaltado é o fato de que a responsabilidade, no sistema jurídico brasileiro, decorre de lei, contrato ou ato ilícito.

No princípio da responsabilidade, o poluidor, pessoa física ou jurídica, responde pelas ações ou omissões de sua responsabilidade que resultarem em prejuízo ao meio ambiente, ficando sujeito a sanções cíveis, penais ou administrativas, já que a responsabilidade ambiental se dá de forma independente e simultânea nas esferas cível, criminal e administrativa.

PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR/USUÁRIO

O princípio do poluidor-pagador tem como objetivo obrigar a pessoa jurídica a indenizar a degradação, ou seja, visa fazer com que o empreendedor inclua nos custos de sua atividade todas as despesas relativas à proteção ambiental.

Segundo Toshio Mukai (2016, p, 61):

O princípio indica, desde logo, que o poluidor é obrigado a corrigir ou recuperar o ambiente, suportando os encargos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a ação poluente. Além disso, aponta para a assunção, pelos agentes, das consequências, para terceiros, de sua ação, direta ou indireta, sobre os recursos naturais (art. 3º, h, da Lei nº 11/87).

O referido princípio também leva em conta que os recursos ambientais são escassos, portanto sua produção e consumo geram reflexos ora resultando sua degradação, ora resultando sua escassez.

Como visto anteriormente, a responsabilidade civil consiste na obrigação do autor do dano, repara-lo/indeniza-lo. Na esfera ambiental não é diferente, pois confere ao poluidor indenizar o dano ao meio ambiente realizado por sua atividade degradante.

Na ocorrência de danos, conforme já visto anteriormente, além da obrigação repara-lo, podem gerar consequências tais como sanções administrativas e criminais. Quando há a reparação ambiental, logo pressupõe-se que houve o dano como um prejuízo ao meio ambiente, do qual também é motivo do pedido de reparação para que reestabeleça o entorno no estado do qual encontrava-se antes, ou seja, no *status quo ante*.

De outro lado, sabe-se que quando se trata de responsabilidade civil na esfera ambiental, a mesma sempre será objetiva, ou seja, não há de se comprovar dolo/culpa, havendo o dano, será seu causador o responsável a repará-lo.

Já no que diz respeito a responsabilidade penal ambiental, a mesma foi regulada no direito pátrio pela Constituição Federal/1988 que abrigou no seu artigo 225, parágrafo 3º, responsabilizando penalmente as pessoas física ou jurídica, de direito público ou direito privado pelas atividades lesivas ao meio ambiente (Brasil, 1988).

Assim, nota-se que não é necessária a evidência de culpa e sim de ocorrência de dano, consequência advinda da teoria do risco, da qual prevê o dever de indenizar quando há atividade geradora de dano.

Evidencia-se, portanto, que aquele que lesa ou degrada o meio ambiente, está sujeito não só a responsabilidade civil para o reparar, como também à responsabilidade penal e administrativa.

PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS POR HIDRELÉTRICAS

A energia provinda das usinas hidrelétricas atualmente é de suma importância a população, visando tratar-se de recurso limpo e fonte renovável. Entretanto o seu processo de construção causa não apenas impactos ambientais em grande escala como também impactos socioeconômicos, desde a fase do reservatório, até findar a construção.

A título de ilustração, é importante observar o que ocorreu na implantação da UHE de Itaipu no Estado do Paraná, que com a sua implantação, alagou cerca de 1050 km de terras produtivas e, além disso, também provocou o crescimento demográfico da cidade com cerca de 80% da população, levando pessoas para trabalhar em sua construção (SCHERER, 2014).

Vale ressaltar que na época da sua implantação, ainda não havia o licenciamento ambiental e o estudo prévio do impacto ambiental e isso resultou em uma significativa

degradação do Meio Ambiente, como por exemplo, o desaparecimento da cachoeira Sete Quedas (MAYO, 2007).

Como outro exemplo de impacto causado pela implantação de UHE, podemos apontar a inundação em áreas de biomas naturais, a decomposição de árvores e plantas afetadas, emitem metano, do qual contribui para o aquecimento global.

Nesse sentido, afirma Nunes (2015):

Para fazer uma hidrelétrica é necessário fazer um lago artificial, o que inunda grandes áreas de biomas naturais (florestas, savanas); Devido a decomposição dos vegetais são emitidas grandes quantidades de metano, que contribui para o aquecimento global; altera algumas mudanças no ambiente, tal como: umidade, ciclo da chuva o que pode causar problemas ao ecossistema local.

Deste modo, logo se percebe que a implantação de UHE além de serem impactantes, contribui com o aquecimento global não apenas para a população local, como para a população global.

Assim, nota-se que os impactos são inevitáveis nas construções e instalações de usinas hidrelétricas, o que gera a degradação ambiental, contribuindo ao incremento do aquecimento global, e por isso é importante que haja conhecimento e estudo prévio dos mesmos, para que tais impactos sejam ao menos minorados e seja alcançado o desenvolvimento sustentável.

MEIOS PROCESSUAIS PARA A TUTELA AMBIENTAL

Os meios processuais são de suma importância para a preservação ambiental, do qual visa a reparação dos danos causados ao meio ambiente e assim cumprindo o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, conforme expõe Passos (2012, p.38):

Os meios processuais são importantes instrumentos para a preservação ambiental e reparação civil pelos danos ambientais causados, obedecendo-se assim o disposto no artigo 225 da Constituição Federal, que determina uma tutela preventiva e reparatória do meio ambiente

Dentre diversos meios processuais presentes em nosso ordenamento jurídico, tratando-se da busca de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é importante frisar a Ação Popular Constitucional, a Ação Civil Publica e o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC).

A Ação Popular Constitucional trata-se de um remédio constitucional do qual confere a qualquer cidadão a função de fiscalizar o meio ambiente, podendo valer-se deste remédio quando pretender anular ato do qual seja lesivo ao meio ambiente, conforme disposto no artigo 5º LXXIII da Constituição Federal.

Já a Ação Civil Publica disposta na Lei 7.347/85, tem como objetivo a condenação do causador do dano com a obrigação de indenizar monetariamente ou de fazer ou não fazer.

E por fim o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), na esfera ambiental tem como finalidade evitar a degradação ambiental ou cessar atividade que esteja causando dano ao Meio Ambiente.

Alves e Morong (2016, p.4) salientam ainda que:

O Termo de Ajustamento de Conduta ambiental é um instrumento jurídico que consagra a transação, colocando fim a uma ação civil pública previamente existente ou prevenindo um litígio, ainda na fase do inquérito civil público, promovendo com isso a reparação do dano ambiental ou

recuperação da área já degradada de uma forma mais célere do que por longos processos judiciais.

Esse compromisso é firmado entre o agente degradante e os órgãos públicos competentes, visando ajustar a atividade degradante com o intuito de proteger o Meio Ambiente.

Observa-se que tanto a Constituição Federal quanto a legislação ambiental brasileira proporcionam elementos importantes para efetivar a tutela ambiental, sendo considerado um bom sistema jurídico ambiental protetivo.

CONCLUSÃO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a responsabilidade civil em relação às usinas hidrelétricas no que tange ao meio ambiente lesado pelas suas construções e o dever do empreendedor de repará-lo.

Em relação as Usinas Hidrelétricas sabe-se que as mesmas contribuem com o desenvolvimento econômico brasileiro, entretanto, causaram e causam grandes impactos às populações locais e regionais onde são e foram instituídas, principalmente as construídas posteriormente a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, ante a inexistência do Estudo do Impacto Ambiental, e com isso causando impactos dos quais não foram previstos, como por exemplo a Usina de Itaipu, hoje considerada a segunda maior usina hidrelétrica do mundo.

Conclui-se, portanto, que é imprescindível o respeito absoluto aos princípios ambientais com intuito de promover de forma eficaz a responsabilização geral dos empreendedores da área de energia hidrelétrica por conta dos danos ambientais eventualmente produzidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Leticia Nalin; MORONG, Fábio Ferreira. **Efeitos do Termo de Ajustamento de Conduta em Matéria Ambiental e seus Reflexos na Esfera Cível e Administrativa**. Colloquium Socialis, Presidente Prudente, v. 01, n. Especial, p.587-592 jan/abr 2017.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

AMORIM, Rebeca. Diferença entre Processo e Procedimento. 2014. Disponível em <http://www.megajuridico.com/diferenca-entre-processo-e-procedimento/> Acesso em 13 de junho de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro – responsabilidade civil**. 19 ed. São Paulo: Saraiva 2005.

LEITE, José Morato. **Manual de direito ambiental**, 1ª edição.. Saraiva, 1/2015.

MAYO, Leandro. **Crime Ambiental: O desaparecimento das sete quedas**. 2007. Disponível em < <http://www.caterva.com.br/forum/viewtopic.php?t=5492>>. Acesso em 13 de junho de 2017.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 05 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental sistematizado**, 10ª edição. Forense, 04/2016.

NETTO, BRAHA, Felipe Peixoto. **Responsabilidade civil**, 2ª edição. Saraiva, 02/2009.

ITAIPU. **Política ambiental**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/politica-ambiental>, acesso em 13 de junho de 2017.

PASSOS, Thiago Rodrigues dos. **Responsabilidade Civil Por Danos Ambientais Causados Por Hidrelétricas**. Presidente Prudente, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Responsabilidade civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

SCHERER, Priscila Cipriano. A construção da usina hidrelétrica de itaipu e seu impacto sobre a urbanização de foz do iguaçu, 2014. Disponível em < <https://prezi.com/ldaxsysumxeb/a-construcao-da-usina-hidreletrica-de-itaipu-e-seu-impacto-sobre-a-urbanizacao-de-foz-do-iguacu/>> Acesso em 31 de maio de 2017.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de direito ambiental**, 8ª edição. Saraiva, 2010.

TRENNEPOHL, Terense Dorneles. **Manual de direito ambiental**. 5ª edição; Editora Saraiva, 2010.